

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS –
FACC

**LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: A APLICAÇÃO DOS LIMITES
COM GASTO DE PESSOAL NA PREFEITURA DE SÃO GONÇALO E
SUA COMPARAÇÃO COM O GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO. UMA ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 2012 A 2018**

ARTHUR JARDILINO DA SILVA

DRE: 113166557

RIO DE JANEIRO – RJ

2019

ARTHUR JARDILINO DA SILVA

**LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: A APLICAÇÃO DOS LIMITES
COM GASTO DE PESSOAL NA PREFEITURA DE SÃO GONÇALO E
SUA COMPARAÇÃO COM O GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO. UMA ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 2012 A 2018**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da
Universidade Federal do Rio de Janeiro como pré-requisito
para a obtenção de título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador(a): Professora Márcia Revoredo

RIO DE JANEIRO – RJ

2019

Dedico este trabalho a Deus, que me deu saúde até aqui, a minha família, base da minha vida e a todos que se interessam pela Administração Pública.

**“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o
que ensina” Cora Coralina**

RESUMO

A Contabilidade Pública atingiu um novo patamar de responsabilidade em maio de 2000, ao ser sancionada a Lei de Responsabilidade Fiscal. Administradores públicos devem observar seus parâmetros, objetivos e diretrizes para uma gestão fiscal cada vez mais eficiente. Uma das novidades refere-se aos gastos que a União, Estados e Municípios possuem com pessoal. Dessa forma, o trabalho apoiou-se no objetivo geral de analisar o controle com esses gastos na Prefeitura de São Gonçalo – RJ durante o período de 2012 a 2018, assim como estabelecer uma comparação com o Governo do Estado do Rio de Janeiro. No desenvolvimento, a metodologia utilizada foi a descritiva, pois observou-se e analisou-se os dados sem modificá-los. Os relatórios utilizados foram coletados nos endereços eletrônicos da Prefeitura, da Secretaria de Fazenda e do Tribunal de Contas do Estado. Pode-se concluir que durante as duas gestões analisadas, Prefeitura e Governo tiveram dificuldades com o impacto da crise fiscal, principalmente em 2016 e 2017. O executivo municipal encontra situação menos confortável ao fim de 2018 com os seus gastos com pessoal e precisa de um melhor controle desse quantitativo.

Palavras-chave: Gestão fiscal, transparência, controle, pessoal.

ABSTRACT

Public Accounting reached a new level of responsibility in May 2000, when it was sanctioned by the Fiscal Responsibility Law. Service administrators need their parameters, goals and guidelines for increasingly efficient fiscal management. One of the novelties refers to the expenses that a Union, States and Municipalities have with personnel. Thus, the supported work is not a general process of cost control analysis in the Municipality of São Gonçalo - RJ during the period from 2012 to 2018, as well as defined as a comparison with the Government of the State of Rio de Janeiro. In the development, the methodology used was descriptive, as it was observed the data analysis without modifications. The returns were high in the electronic services of the City Hall, the Secretary of Finance and the State Court of Accounts. You can make the same situation during the two administrations reviewed, City Hall and Government be faced by the fiscal crisis, especially in 2016 and 2017. The municipal executive is busy with the 2018 goal with his personnel expenses and needs better control of this quantity.

Keywords: Fiscal management, transparency, control, personnel.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 CONTABILIDADE PÚBLICA.....	10
2.2 A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	11
2.2.1 ESTRUTURA.....	11
2.2.2 BASES.....	12
2.2.2.1 PLANEJAMENTO.....	12
2.2.2.2 TRANSPARÊNCIA.....	13
2.2.2.2.1 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL.....	15
2.2.2.3 CONTROLE.....	15
2.2.2.4 RESPONSABILIDADE.....	16
2.2.3 DESPESAS COM PESSOAL.....	16
2.2.3.1 LIMITE PRUDENCIAL E DE ALERTA.....	18
3 METODOLOGIA.....	20
4 INFORMAÇÕES E ESTUDOS DA PESQUISA.....	21
4.1 ESTADO E MUNICÍPIO.....	21
4.2 COLETA DE DADOS.....	22
5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	22
5.1 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – SÃO GONÇALO.....	22
5.2 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RIO DE JANEIRO.....	26
5.3 GASTOS COM PESSOAL – SÃO GONÇALO.....	29
5.4 GASTOS COM PESSOAL – RIO DE JANEIRO.....	32
5.5 GASTOS COM PESSOAL EM RELAÇÃO A RCL.....	35
5.5.1 LIMITE MÁXIMO, PRUDENCIAL E DE ALERTA.....	35
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia, alicerçada na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, possui como objetivo maior analisar as ações do governo municipal de São Gonçalo – RJ, em especial as suas despesas com pessoal, em relação a esse novo ordenamento da gestão fiscal, que regulou mais precisamente os artigos 163,164,165,166,167,168 e 169 da Constituição Federal, versando sobre normas básicas, diretrizes e limites orçamentários, buscando garantir o equilíbrio das contas públicas, além de estabelecer metas atingíveis no que se refere a receita e despesa governamental. Segundo o artigo 1º da LRF, “Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no capítulo II do título VI da Constituição”.

A LRF corresponde a um roteiro indispensável pelo qual os Administradores Públicos devem se guiar, não se abstendo de qualquer artigo ou inciso na aplicabilidade dos recursos públicos, sob responsabilidade de levar o ente/poder em questão à situação de ingovernabilidade, através de programas e projetos de governo inexistentes, incompletos ou mal executados.

A LRF buscou também uma maior transparência no uso do dinheiro público, como um mecanismo claro de controle social sobre os atos do governo. Os serviços públicos sempre foram vistos como burocráticos, emperrados e enraizados de uma cultura ineficaz e isolada da sociedade. Nesse sentido, os limites e parâmetros impostos pela nova lei trouxe mais poder ao povo, que pode e deve fiscalizar o poder público por diversos meios, como a análise de relatórios orçamentários e contábeis publicados regularmente ou por pedido de informações adicionais.

Essa aproximação pode ser percebida analisando os princípios que norteiam a Administração Pública. A Emenda Constitucional 19/98 trouxe a eficiência para o rol, e a partir de então o artigo 37 da CF versa que “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte [...]”.

Os municípios possuem papel fundamental na aplicação dos recursos públicos, pois estão mais próximos aos que efetivamente receberão os serviços, tais como educação, saúde e segurança pública. No que se refere à LRF, esses entes da federação possuem orientações e regras específicas que devem ser seguidas pelos prefeitos, em especial o limite a ser aplicado em despesas com pessoal, pois a estrapolação de tal índice pode inviabilizar a aplicação de recursos em investimentos.

O município de São Gonçalo, localizado na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, possui a segunda maior população do estado, ficando atrás apenas da capital fluminense. Em 2018, eram mais de 1 milhão de habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Com uma grande densidade populacional e receita corrente pequena em comparação a outras cidades, o chefe do executivo deve se esforçar para obedecer aos limites impostos pela legislação fiscal sem comprometer as demandas dos munícipes.

Vale destacar que o País enfrenta uma crise fiscal desde 2015, ano em que o PIB nacional teve retração de 3,8%. No ano seguinte, 2016, o encolhimento da economia Brasileira foi de 3,6%. Com uma queda de 7,4% em dois anos e uma melhora econômica em ritmo lento, alguns estados tiveram dificuldades de honrar seus compromissos, principalmente em quitar suas folhas de pagamento. O Rio de Janeiro foi um dos estados mais afetados com a crise.

Dessa forma, o objetivo geral dessa monografia é analisar a aplicação da LRF em relação ao limite estabelecido para a despesa com pessoal no executivo municipal de São Gonçalo – RJ. Além disso, é realizada uma comparação entre os números obtidos com os gastos com pessoal do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, foram determinados os anos de 2012 a 2018, período em que a cidade esteve governada por dois prefeitos eleitos enquanto o Estado também passou por duas gestões. Especificamente, serão analisadas as receitas correntes e estabelecer uma relação com os gastos com pessoal durante o período exposto para a constatação de qual ente foi mais responsável com os gastos com pessoal à luz da LRF e sobretudo com os desafios da baixa na arrecadação a partir de 2015.

As perguntas a serem respondidas através do presente trabalho são: os dois últimos gestores do Município de São Gonçalo e do Estado do Rio de Janeiro respeitaram a Lei de Responsabilidade Fiscal nos seus gastos com pessoal? Qual se aproximou mais dos respectivos limites?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE PÚBLICA

A contabilidade é uma ciência que possui diversos ramos de estudo. Entre as quais, a contabilidade aplicada ao setor público possui o patrimônio público e suas variações como objeto de análise. Segundo De Castro (2014, p.6) “A Contabilidade Pública é o ramo da Ciência Contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios e as normas contábeis direcionados à gestão patrimonial de entidades públicas [...]”.

Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a Contabilidade Pública possuiu maior importância e valorização.

Os profissionais de Contabilidade devem observar as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, à qual define os objetivos, conceitos, a função social e os campos de aplicação do ramo em estudo.

3. Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.

4. O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

5. O objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o patrimônio público.

6. A função social da Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.

7. O campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público abrange todas as entidades do setor público.

8. As entidades abrangidas pelo campo de aplicação devem observar as normas e as técnicas próprias da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, considerando-se o seguinte escopo: (a) integralmente, as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais; (b) parcialmente, as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social. (CFC, NBC T 16.1, 2008).

2.2 A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

2.2.1 ESTRUTURA

Será apresentada uma estrutura breve da LRF, limitando-se a apresentar os assuntos abordados em cada capítulo, apesar de todo o conteúdo não ser objeto de estudo e análise deste trabalho. O objetivo é deixar a lei em questão mais familiarizada com o leitor.

Em resumo, a Lei de Responsabilidade Fiscal é estruturada em dez capítulos, que versam sobre:

- I - Estabelecimento dos entes da federação subordinados à lei (art. 1º e 2º);
- II - Definição das regras para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e para o cumprimento de metas (art.3º a 10);
- III - Dispõe sobre a previsão, arrecadação e renúncia de receitas (art.11º a 14);
- IV - Versa sobre a geração da despesa, despesas obrigatórias, despesa com pessoal, entre outras (art.15º a 17);
- V - Conceito de transferências voluntárias e suas ocorrências (art.16º a 25);
- VI - Destinação dos recursos públicos para o setor privado (art.26º a 28);
- VII - Dispõe sobre dívida e endividamento (art.29º a 42);
- VIII - Versa sobre a gestão patrimonial (art.43º a 47);
- IX - Estabelece parâmetros de transparência, controle e fiscalização (art.48º a 59),

X - Apresenta as disposições finais e transitórias (art.60º a 75).

2.2.2 BASES

A Lei de Responsabilidade Fiscal baseia-se em quatro alicerces: transparência, planejamento, controle social e responsabilidade.

2.2.2.1 PLANEJAMENTO

As finanças públicas possuem como atores os seguintes elementos: o Estado, as necessidades da população, os serviços públicos e os recursos arrecadados. Tais recursos são obtidos através de tributação, afinal, sem impostos e sem uma sociedade que contribua não existe Estado e torna-se inviável prestar os serviços necessários para um Estado de direito e um Estado social. Nesse sentido, o planejamento se refere ao pilar que objetiva atender os anseios públicos e coletivos através de ações elaboradas previamente.

No Brasil, há três instrumentos de planejamento financeiro que se complementam: a Lei do Plano Plurianual (PPA); a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Orçamento Anual (LOA).

O Plano plurianual vigora por quatro anos e estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração para as despesas de capital e para os programas de duração continuada. Segundo Paludo (2013, p.203) “PPA é o instrumento legal de planejamento de maior alcance no estabelecimento das prioridades e no direcionamento das ações do governo. Ele traduz, ao mesmo tempo, o compromisso com objetivos e a visão de futuro assim como a previsão de alocação dos recursos orçamentários nas funções de Estado e nos programas de governo”.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é elaborada anualmente e detalha as metas e prioridades da administração para o ano subsequente, dispõe sobre alterações tributárias e

estabelece a política de aplicação das agências de fomento, além de servir de orientação para a elaboração da LOA.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – é o instrumento norteador da elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA. Ela seleciona os programas do Plano Plurianual que deverão ser contemplados com dotações na LOA correspondente. A LDO também se materializa numa lei ordinária de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. É um instrumento de planejamento e o “elo” entre o PPA e a LOA. Ela antecipa e orienta a direção e o sentido dos gastos públicos, bem como os parâmetros que devem nortear a elaboração do projeto de lei orçamentária para o exercício subsequente, além, é claro, de selecionar, dentre os programas do Plano Plurianual, quais terão prioridade na programação execução do orçamento anual subsequente [...]. (PALUDO, 2013, p.221)

A Lei Orçamentária Anual visa a execução dos objetivos planejados no Plano Plurianual e o cumprimento das prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Abrange o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos e o orçamento da seguridade social. É por meio da Lei Orçamentária Anual que se estabelece o equilíbrio necessário entre as receitas e despesas públicas. “A LOA – Lei Orçamentária Anual é o produto final do processo orçamentário coordenado pela SOF. Ela abrange apenas o exercício financeiro a que se refere, e é o documento legal que contém a previsão de receitas e a autorização de despesas a serem realizadas no exercício financeiro”. (PALUDO, 2013, p.225).

2.2.2.2 TRANSPARÊNCIA

Um dos pontos mais importantes da LRF, a transparência possibilita uma fiscalização maior por parte das instituições e da sociedade em relação aos atos praticados no ciclo de gestão dos gastos públicos.

É correto afirmar que esse pilar está diretamente relacionado com a publicidade, um dos princípios da Administração Pública, estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal. Porém, embora complementares, os conceitos não podem ser confundidos. A

transparência possui significado mais amplo do que a publicidade, afinal, pode-se ter uma informação pública, entretanto, ineficaz, incompleta. Uma informação transparente busca fazer sentido e ser útil aos usuários. Assim, pode-se afirmar que a transparência surge como instrumento de efetividade do princípio da publicidade.

O artigo 48 da LRF versa sobre a disponibilidade das informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, Estado, Distrito Federal e Municípios, além de instrumentos de transparência e do incentivo à participação da sociedade, estabelecendo a ampla divulgação, que será dada mediante a utilização de meios eletrônicos, aos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, prestação de contas e outros documentos.

Art.48 - São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2000).

A Lei Complementar nº 101/09 introduziu na LRF o parágrafo único do artigo 48, dando reforço à transparência pública através da participação da sociedade em audiências públicas, a disponibilização de informações em tempo real e em sítios eletrônicos.

Destaca-se também a Lei de Acesso à informação (12.527/11), que regulamentou o direito ao acesso à informação previsto na Constituição. A legislação instituiu meios de

obtenção de informações da Administração Pública por qualquer interessado, por meio de requerimentos que devem ser respondidos por um prazo legal.

2.2.2.2.1 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

A ferramenta que disponibiliza as informações dos gastos do setor público denomina-se Relatório de Gestão Fiscal (RGF). O artigo 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal prevê a sua apresentação e publicação. No relatório devem constar quantitativos de gastos tais como de pessoal, das dívidas consolidadas, das operações de crédito e das despesas com juros.

O RGF deve ser publicado quadrimestralmente e disponibilizado nos meios eletrônicos do órgão competente.

2.2.2.3 CONTROLE

O controle da gestão fiscal da Administração Pública é realizado internamente e externamente. O controle interno é exercido pelos poderes federal, estadual e municipal, para que suas atividades sejam realizadas em respeito aos princípios elencados no artigo 37 da Constituição: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Ou seja, são os próprios órgãos que controlam os seus atos e decisões.

Incumbe também à sociedade o papel de fiscalizador dos gastos públicos, através de análises de relatórios disponibilizados e por denúncias aos Tribunais de Contas, aos órgãos internos competentes ou ao Ministério Público para a devida responsabilização dos gestores.

Dessa forma, a sociedade participa do controle das contas públicas, analisando, por exemplo, os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que possui como base a Receita Corrente Líquida (RCL).

2.2.2.4 RESPONSABILIDADE

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece mecanismos e normas para uma gestão fiscal transparente, eficiente e responsável, possibilitando também uma participação da sociedade, que opina, fiscaliza, denuncia e avalia a aplicação dos recursos públicos.

Os artigos 52,53 e 54 da LRF dispõem que os titulares dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário devem enviar os Relatórios de Gestão Fiscal quadrimestralmente, para a divulgação das despesas da Administração Pública e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Ao não observar tais regras, as penalidades estão expostas no artigo 51 §2º, “o descumprimento dos prazos [...] impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito [...]”.

As medidas impostas pela LRF endurecem e penalizam os maus gestores de recursos públicos, pois os órgãos de controle conjuntamente da sociedade possuem amplos instrumentos de fiscalização. A Lei Complementar nº 131/09 incluiu o artigo 73-A na LRF, o qual diz “qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar.”

Dependendo do caso, o Administrador pode ser penalizado na área administrativa, civil e penal.

2.2.3 DESPESAS COM PESSOAL

O limite de gastos com recursos humanos é um dos mecanismos utilizados pela LRF para orientar a maior responsabilidade do gestor público com a aplicação dos recursos que entram no caixa da prefeitura.

A Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999, mais conhecida como Lei Rita Camata, disciplinava os limites das despesas com pessoal. Com o advento da LRF, ela foi revogada. Nela, o limite de gastos com pessoal nos municípios não poderiam ultrapassar 60% da receita corrente líquida e era dividida em 54% para o Poder Executivo (Prefeitura) e os 6% restantes para o Poder Legislativo (Câmara de Vereadores). A LRF manteve os percentuais mas acrescentou detalhes importantes, como o limite prudencial e limite de alerta.

Entende-se como despesa com pessoal todos os gastos que envolvem empregados públicos, servidores ativos e inativos e funcionários extraquadro (terceirizados).

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2000).

A Receita Corrente Líquida (RCL) é utilizada como parâmetro para os limites máximos de gasto com pessoal. Nos Municípios, o executivo pode gastar até 54% da sua RCL com pessoal, enquanto nos Estados o limite no executivo é de 49%.

[...] IV – receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

- a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional, ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;
- b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;
- c) na união, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no §9º do art. 201 da Constituição. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2000).

3.2 LIMITE PRUDENCIAL E DE ALERTA

Quando o executivo gasta 90% da sua Receita Corrente Líquida com pessoal, é emitido sinal de alerta pelos órgãos de controle. Dessa forma, nos executivos municipais o limite de alerta é de 48,74% da RCL e nos estados essa condição é percebida quando há 44,22% dos gastos da receita com a folha.

Já o limite prudencial foi estabelecido para que o controle dos gastos com pessoal fosse mantido, estabelecendo, dessa forma, um controle que verifica o cumprimento dos limites estabelecidos a cada quadrimestre, com intuito de evitar extrapolações com esse item de despesa.

Fica estabelecido que atingido 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo da despesa, a cidade precisa de prudência em relação aos gastos na folha. Dessa forma, nos municípios, o limite prudencial corresponde a 51,30% (cinquenta e um virgula trinta por cento) da RCL, pois corresponde a 95% (noventa e cinco por cento) do limite de 54% (cinquenta e quatro por cento) estabelecido pelo Poder Executivo. Enquanto nos Estados o limite prudencial é de 46,55%.

A tabela 1 resume as informações:

Tabela 1 – Limites de gasto com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida

ESFERA DE GOVERNO	PODER/ÓRGÃO	LIMITE MÁXIMO	LIMITE PRUDENCIAL	LIMITE DE ALERTA
FEDERAL	Poder Legislativo, incluindo tribunal de contas	2,50%	2,38%	2,25%
	Poder Judiciário	6,00%	5,70%	5,40%
	Poder Executivo	40,90%	38,86%	36,81%
	Ministério Público da União	0,60%	0,57%	0,54%
ESTADUAL	Poder Legislativo, incluindo tribunal de contas	3,00%	2,85%	2,71%
	Poder Judiciário	6,00%	5,70%	5,42%
	Poder Executivo	49,00%	46,55%	44,22%
	Ministério Público Estadual	2,00%	1,90%	1,81%
MUNICIPAL	Legislativo	6,00%	5,70%	5,42%
	Poder Executivo	54,00%	51,30%	48,74%

Fonte: Dados obtidos no site “Contabilidade Pública”. Disponível em: <https://contabilidadepublica.com/despesa-com-pessoal/>. Acesso em: 5 mai. 2019.

Conforme art.22 da LRF, não respeitando o limite prudencial, fica proibido:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art.37 da Constituição

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II art.57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2000).

3 METODOLOGIA

Tendo em vista os objetivos expostos por esta monografia, que consiste em verificar a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal em relação ao percentual fixado para as despesas com pessoal no poder executivo do Município de São Gonçalo e do Governo do Estado do Rio de Janeiro no período de 2012 a 2018, faz-se necessário a demonstração de como a pesquisa será feita.

Em relação da busca de informações, a pesquisa documental é fundamental para o sucesso do que é proposto. O tema requer a exploração de leis e relatórios contábeis.

A técnica de pesquisa escolhida enquanto procedimentos é o estudo de caso, tendo em vista a situação específica trabalhada no Município de São Gonçalo – RJ, através da coleta de dados em relatórios como o Relatório de Gestão Fiscal e o Balanço Anual, disponíveis no site da prefeitura, do governo do estado e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ).

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados. (GIL, 2010, p. 12)

Quanto aos objetivos, utilizou-se a pesquisa descritiva, pois observou-se e analisou-se os dados sem alterá-los.

Através dos resultados obtidos, serão demonstrados os percentuais de despesas com pessoal do Município de São Gonçalo e do Governo do Estado do Rio de Janeiro no mesmo período de 2012 a 2018, percorrendo sete anos de análises utilizando métodos qualitativos e quantitativos na busca de maior segurança na interpretação dos dados.

GERHARDT E SILVEIRA (2009, p.33) versa sobre a pesquisa qualitativa:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

Esclarece FONSECA (2002, p. 20) sobre a pesquisa quantitativa:

A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.

4. INFORMAÇÕES E ESTUDOS DA PESQUISA

4.1 ESTADO E MUNICÍPIO

A pesquisa foi realizada com os dados obtidos através da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, estima-se que o estado do Rio de Janeiro possui pouco mais de 17 milhões de habitantes. O terceiro mais populoso, perdendo apenas para São Paulo e Minas Gerais.

São Gonçalo é uma cidade considerada grande. É a 16ª maior do País e a segunda maior do estado. O município, segundo estimativa mais recente do IBGE, possui pouco mais de 1 milhão de habitantes (1.077.687).

4.2 COLETA DE DADOS

Considerando o estudo de caso como método de trabalho, que possui como objetivo verificar a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere aos gastos de pessoal nos poderes executivos do Estado do Rio de Janeiro e no Município de São Gonçalo entre 2012 e 2018 foi realizado pesquisa documental nos sites da Prefeitura, do Governo do Estado e do Tribunal de Contas do Estado para a obtenção dos relatórios financeiros necessários.

A atualização monetária foi realizada utilizando-se o Índice Geral de Preços do Mercado IGP-M do ano de 2018 - que segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV) - ficou em 7,75%, sobre o período de 2012 a 2017. O IGP-M é um indicador importante para a nossa economia e calculado mensalmente pela FGV. É por meio do índice que o mercado pode tomar suas decisões com maior confiabilidade.

5. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

5.1 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – SÃO GONÇALO

A tabela 2 abaixo demonstra o detalhamento e evolução atualizada da Receita Corrente Líquida do Município de São Gonçalo nos exercícios que compreendem os anos de 2012 a 2018.

Nela, percebe-se que desde 2012 a Receita Corrente Líquida teve uma variação positiva de 19,8%.

No ano de 2013 houve um tímido crescimento na Receita Corrente Líquida em comparação a 2012, 4,4%. Tal variação se deve ao crescimento nas Receitas Tributárias, compreendendo aumento na arrecadação de impostos como o Imposto sobre a propriedade predial, territorial e urbana (IPTU) e no Imposto sobre Serviços (ISS), por exemplo. Verifica-se também aumento no recebimento das transferências correntes.

O ano subsequente, 2014, apresenta uma RCL maior em 8,5% tendo em vista o ano anterior. O aumento é quase duas vezes maior do que o de 2013 e deve-se ao Imposto sobre

Serviços que cresceu 23% em comparação a 2013, ao contínuo crescimento das transferências correntes, ao dobro de ganho de outras receitas correntes e uma menor parte de deduções da Receita Corrente Líquida.

A crise fiscal que atinge o Brasil teve início em 2015 e pôde ser observado nas contas públicas de São Gonçalo no ano em questão. O Município teve retração na sua Receita Corrente Líquida de 1,4%. A primeira variação negativa na RCL no período em análise justifica-se pelo encolhimento de 16,5% das suas Receitas Tributárias. As perdas com recolhimento de IPTU E ISS foram mais sentidas. Por outro lado, houve aumento nas deduções no cálculo da RCL do ano, através do fundo de formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e um aumento de 30% nas perdas na contribuição para o plano de seguro social do servidor.

Ressalta-se que mesmo com a queda na RCL no ano de 2015, há ainda um aumento na Receita em relação a 2012 de 11,7%.

Em 2016 a tendência de queda na RCL continua. É de 2,7% em relação a 2015 e o acumulado em dois anos é de aproximadamente 4%. As Receitas Tributárias permanecem caindo e as deduções no que se refere a contribuição para o plano de seguro social do servidor, compensação entre regimes previdenciários e a recolhimento de receita para a formação do FUNDEB dispararam 18,5%.

A estrutura do relatório divulgado pelo TCE RJ para esmiuçar a Receita Corrente Líquida da cidade é alterada a partir do exercício 2017, mas não atrapalha a análise dos dados. A tabela 2 representa os números de 2017 e 2018.

Em 2017 a RCL volta a crescer. São 4,69% de aumento em relação a 2016. Os ganhos refletem o aumento no número expressivo de impostos, taxas e contribuições de melhoria. Houve um acréscimo de 23,3%, quantitativo impulsionado sobre a arrecadação de IPTU (aumento de 38,5%) e de outros impostos e contribuições de melhoria não especificados no relatório (+35,8%).

O último ano analisado confirma a trajetória de crescimento da RCL. A Receita tem ganhos de 5,2% em relação ao ano de 2017. Houve aumento na arrecadação de impostos no geral (destaque para o Imposto sobre Serviços ISS, com variação de 43,6%) e no recebimento da cota parte do ICMS, que oscilou positivamente em 14,1% em comparação com 2017.

Tabela 2 – RCL de São Gonçalo (Continua)

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2018
RECEITAS CORRENTES (I)	981.890.924,88	1.032.351.870,44	1.109.714.485,78	1.103.899.905,83	1.094.389.930,27	RECEITAS CORRENTES (I)	1.129.734.250,02	1.181.284.703,70
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	160.159.628,34	191.431.350,97	230.677.011,28	196.621.176,48	193.023.220,38	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	238.020.549,61	279.649.495,60
Imposto s/ a Prop. Predial/Territorial Urbana (IPTU)	43.541.971,86	46.705.515,95	55.943.517,16	34.052.884,17	55.679.305,11	Imposto s/ a Prop. Predial/Territorial Urbana (IPTU)	77.126.278,76	73.582.717,10
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	60.760.006,48	75.628.919,46	93.033.864,35	70.672.436,27	66.943.038,31	Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	69.648.340,40	92.874.544,00
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis	15.362.351,19	19.051.696,43	19.587.607,11	16.481.745,79	13.806.269,55	Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis	13.688.801,79	13.464.411,00
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	9.542.487,83	17.567.569,81	21.343.849,90	18.970.551,95	19.179.349,80	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	26.722.433,16	26.509.470,90
Imposto sobre a Prop. Territorial Rural (CF. art 153, §4º,	0,00	0,00	0,00	18.649.034,14	0,00	Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	50.834.695,51	73.218.352,60
Outras Receitas Tributárias	30.952.810,97	32.477.649,32	40.768.172,77	37.794.524,15	37.415.257,62	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	64.497.458,97	65.262.070,40
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	48.657.692,63	50.874.310,55	51.175.239,81	57.703.199,43	66.074.063,54	RECEITA PATRIMONIAL	13.778.695,25	7.239.992,50
RECEITA PATRIMONIAL	14.242.141,90	11.555.726,01	12.932.088,30	16.211.406,97	18.180.916,75	Rendimentos de Aplicação Financeira	13.518.522,63	6.991.881,80
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Receitas Patrimoniais	260.172,61	248.110,70
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Receita Agropecuária	0,00	0
RECEITA DE SERVIÇOS	675.690,98	198.135,76	417.040,66	696.580,58	374.218,34	Receita Industrial	0,00	0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	659.555.625,40	754.733.218,13	770.060.495,19	774.364.611,72	790.310.313,33	Receita de Serviços	300.852,65	578.638,50
Cota-Parte do FPM AJUSTADO PELA LC 91/97 (100%)	51.108.120,18	54.629.097,75	56.562.990,76	56.792.624,76	65.694.206,87	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	803.225.284,14	818.138.797,20
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	702.419,77	684.243,86	678.390,44	670.688,15	666.683,73	Cota-Parte do FPM	63.645.088,80	63.350.378,50

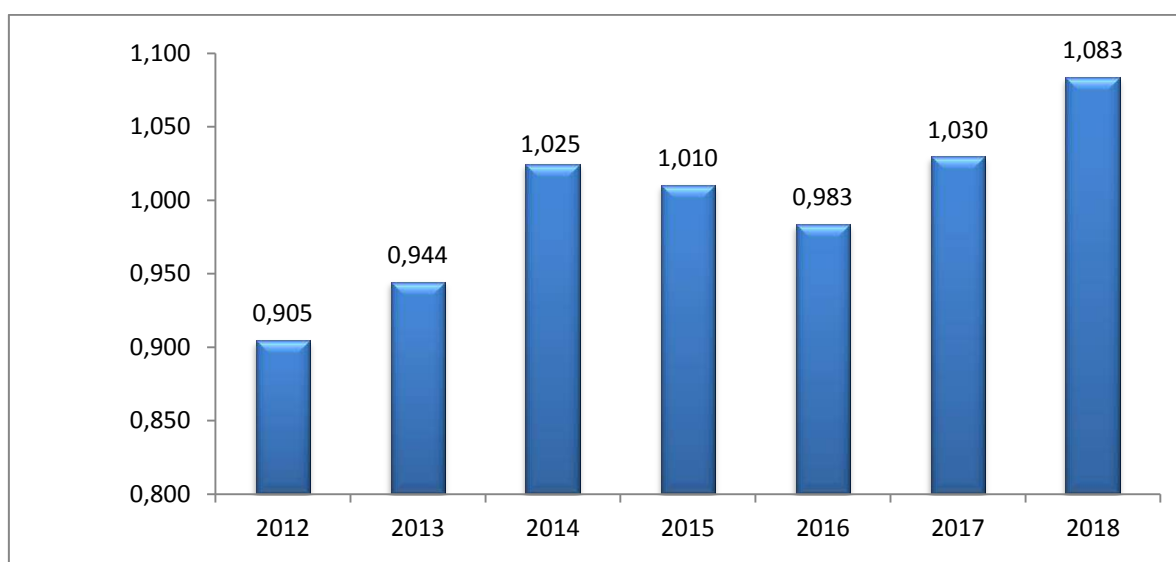
Cota-Parte do ITR	10.150,70	4.986,35	68.617,79	14.779,42	35.491,23	Cota-Parte do ICMS	191.482.176,54	202.778.199,30
Cota-Parte do ICMS (100%)	171.287.472,95	188.874.953,45	190.344.236,54	194.049.336,45	183.025.859,13	Cota-Parte do IPVA	59.054.588,40	55.194.598,00
Cota-Parte do IPVA	34.447.476,52	38.700.484,64	41.549.576,20	48.411.379,37	57.951.602,19	Cota-Parte do ITR	18.156,95	7.958,00
Cota-Parte do IPI - Exportação (100%)	4.597.019,39	4.698.873,31	5.158.802,13	4.192.359,84	4.481.874,29	Transferências da LC 87/1996	678.133,68	603.635,40
Transferências do FUNDEB	128.277.156,83	153.663.805,05	151.044.812,75	156.910.610,26	154.904.585,09	Transferências da LC 61/1989	4.143.334,67	5.271.152,80
Outras Transferências Correntes	269.125.809,05	313.476.773,73	324.653.068,56	313.322.833,46	323.550.010,80	Transferências do FUNDEB	157.969.906,66	167.532.793,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	98.600.145,62	23.559.129,02	44.452.610,53	58.302.930,65	26.427.197,94	Outras Transferências Correntes	326.233.898,45	323.400.081,40
DEDUÇÕES (II)	77.180.241,25	87.910.313,92	85.040.628,75	93.649.192,81	110.979.711,21	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.911.410,26	10.415.709,90
Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Serv.	25.110.607,37	26.781.513,99	24.638.136,87	32.089.938,31	34.046.196,45	DEDUÇÕES (II)	100.231.736,96	97.906.768,10
Servidor	25.110.607,37	26.781.513,99	24.638.136,87	32.089.938,31	34.046.196,45	Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Serv.	36.101.504,54	33.523.666,30
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	71.954,70	699.112,49	2.211.386,87	733.020,99	1.881.550,86	Compensação Financ. entre Reg. Previd	1.380.411,22	0
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	51.997.679,18	60.429.687,44	58.191.105,01	60.826.233,51	75.051.963,90	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	62.749.821,21	64.383.101,80
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)	904.710.683,63	944.441.556,52	1.024.673.857,03	1.010.250.713,02	983.410.219,06	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)	1.029.502.513,06	1.083.377.935,60

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2019

Com base no gráfico 1, observa-se o crescimento da Receita Corrente Líquida entre 2012 e 2014, a queda desses números nos exercícios de 2015 e 2016 e a recuperação em 2017, que se mantém no último ano analisado, 2018.

Gráfico1 – Receita Corrente Líquida São Gonçalo

Em R\$ bilhão



Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2019

5.2 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – ESTADO RIO DE JANEIRO

Tendo como base os relatórios disponíveis no *site* da Secretaria de Fazenda do governo do Estado do Rio de Janeiro, verifica-se que a Receita Corrente Líquida teve um crescimento de 33,2% entre os anos compreendidos de 2012 a 2018, mas com variações irregulares durante o período.

A tabela 3 abaixo apresenta as variações dos números analisados.

A RCL de 2013 apresenta um crescimento de 15,9% em comparação com o ano anterior, devido ao aumento da arrecadação com o impostos como o Imposto sobre Operações

relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD), que compõem as Receitas Tributárias dos Estados. O aumento nesse segmento foi de 15,6%.

Em 2014 observa-se que a RCL sofreu uma queda de pouco mais de R\$1 bilhão, o que representa uma variação negativa de 2,15%. Não houve queda significativa nas receitas correntes mas o aumento na contribuição do plano de seguridade do servidor, na compensação financeira entre os regimes previdenciários e na dedução de receita para formação do FUNDEB pesaram na queda da RCL no ano.

O ano de 2015 apresenta o melhor resultado da Receita Corrente Líquida do Estado entre o período exposto. Os pouco mais de R\$55 bilhões representam um crescimento de 11,2% se comparado ao resultado de 2014 e um aumento de 26,2% se comparado a 2012. As receitas correntes tiveram crescimento, com destaque para o IPVA, Receita Patrimonial e outras receitas correntes que o relatório não especifica.

Esse aumento não se mantém em 2016, que confirmando a instabilidade fiscal no período, apresenta Receita Corrente Líquida 9,8% menor do que 2015. O resultado é o menor desde 2013 e reflete a crise em que o Brasil entrou em 2015, com recessão econômica e consequentemente menor arrecadação. Durante o exercício, as receitas correntes caíram 7,3% comparado ao ano de 2015.

O ano de 2017 apresenta uma melhora nos números da Receita Corrente Líquida do Estado, visto que o valor apresentado de pouco mais de R\$54 bilhões é o maior apresentado e demonstra uma recuperação nas receitas do governo. A receita corrente apresentam melhora, alavancada pelos números do ICMS, Receita Patrimonial e outras receitas tributárias.

O último ano analisado confirma a expectativa de melhora na arrecadação fluminense, apresentando a maior Receita Corrente Líquida do período, impulsionada pela alta nas Receitas Correntes, em especial nos números do ICMS, IPVA, Receita de Contribuições, Receita Patrimonial e nas transferências correntes. A RCL de 2018 apresenta um total de pouco mais de R\$58 bilhões.

Tabela 3 – RCL Estado Rio de Janeiro

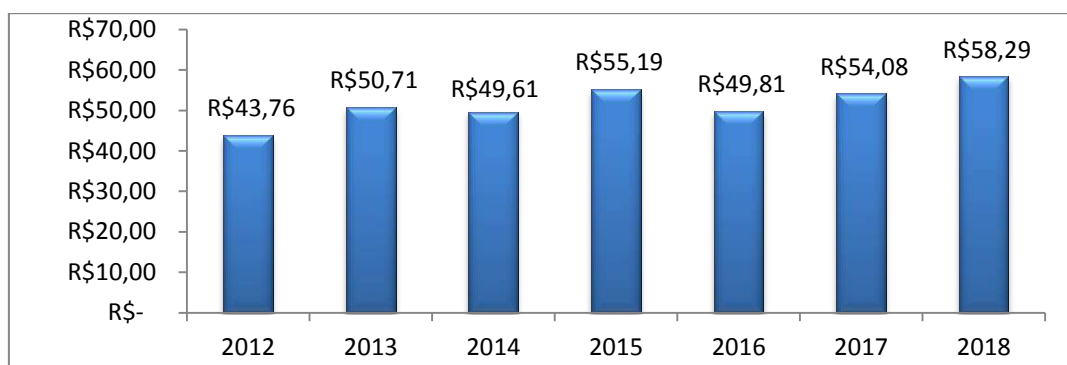
ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES(I)	59.326.794.954	68.374.923.776	68.156.865.748	74.165.747.087	68.830.015.354	73.724.877.498	78.749.251.324
Receita Tributária	37.865.197.991	43.759.397.906	45.771.700.479	46.779.304.889	48.431.365.225	50.878.501.520	53.214.386.246
ICMS	28.727.796.311	33.108.345.991	34.020.708.723	34.461.414.187	33.510.109.848	34.709.426.458	37.644.951.948
IPVA	1.878.734.631	2.038.363.381	2.186.356.016	2.478.051.417	3.020.584.585	3.077.975.980	3.080.027.569
ITCD	565.751.992	689.006.097	739.866.413	915.777.166	1.498.436.111	1.292.524.835	1.123.944.258
IRRF	2.039.463.381	2.776.216.926	3.330.610.735	3.219.713.974	3.419.212.963	4.128.242.593	3.902.683.720
Outras Receitas Tributárias	4.653.451.674	5.147.465.510	5.494.158.589	5.704.348.143	6.983.021.717	7.670.331.653	7.462.778.751
Receita de Contribuições	1.414.495.196	1.542.130.767	2.032.533.646	2.062.630.155	2.018.428.841	2.320.102.036	3.049.839.184
Receita Patrimonial	10.409.495.670	9.712.477.909	9.802.093.397	6.979.242.363	5.024.561.194	9.798.841.847	14.093.911.161
Receita Agropecuária	147.894	125.056	71.487	55.649	25.123	173.623	52.893
Receita Industrial	32.740.233	174.897.713	200.352.541	138.085.549	155.106.101	86.098.010	60.077.514
Receita de Serviços	390.911.028	405.636.270	406.962.243	386.793.023	377.545.311	352.372.055	320.424.359
Transferências Correntes	6.176.190.009	6.206.716.896	6.420.849.057	6.391.206.255	10.237.912.548	6.832.679.959	6.732.547.180
Cota-Parte do FPE	1.019.849.237	1.096.797.730	1.195.192.946	1.257.323.632	1.601.867.006	1.427.399.100	1.442.271.466
Transferências da LC.87/1996	92.423.708	92.423.706	92.423.708	92.423.708	92.423.705	92.423.705	84.016.560
Transferências do FUNDEB	2.658.951.774	2.805.123.027	2.807.748.308	2.818.072.128	2.724.400.552	2.800.391.103	2.732.684.363
Outras Transferências Correntes	2.404.965.287	2.212.372.434	2.325.484.093	2.223.386.786	5.819.221.285	2.512.466.052	2.473.574.791
Outras Receitas Correntes	3.037.616.929	6.573.541.256	3.522.302.896	11.428.429.201	2.585.071.005	3.456.108.443	1.278.012.787
DEDUÇÕES (II)	15.565.840.338	17.663.250.888	18.542.820.346	18.971.545.525	19.018.284.589	19.640.794.361	20.458.473.380
Transferências Constitucionais e Legais	9.076.614.187	10.298.195.930	10.578.802.730	10.761.274.990	10.724.712.624	11.098.636.154	11.771.110.880
Contrib. Plano Seg. Social Servidor	1.320.411.356	1.457.721.411	1.904.841.943	1.971.420.507	1.968.325.515	2.142.855.403	1.975.306.280
Compensação Financ. entre Regimes Prev.	71.281.272	77.835.509	83.675.061	85.785.692	104.108.659	106.520.913	105.840.963
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	5.097.533.521	5.829.498.037	5.975.500.609	6.153.064.334	6.221.137.792	6.292.781.891	6.606.215.257
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	43.760.954.616,17	50.711.672.887,06	49.614.045.402,56	55.194.201.562,11	49.811.730.765,35	54.084.083.137,31	58.290.777.944,00

Fonte: Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, 2019

O gráfico 2 apresenta as variações na Receita Corrente Líquida do governo do Estado do Rio de Janeiro. Fica evidente sua instabilidade e retomada a partir de 2017.

Gráfico2 – Receita Corrente Líquida Estado Rio de Janeiro

Em R\$ bilhão



Fonte: Secretaria de fazenda do Estado do Rio de Janeiro, 2019

5.3 GASTOS COM PESSOAL – SÃO GONÇALO

Ao analisar os números do relatório disponibilizado no 3º quadrimestre de 2012 no *site* do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro sobre os gastos com pessoal do Município de São Gonçalo, constata-se que houve um expressivo aumento de 32% com essas despesas até 2018, com aumentos e quedas nesses gastos durante o período analisado. O percentual merece atenção, pois é maior do que o verificado na Receita Corrente Líquida no mesmo espaço de tempo.

Em 2012, último ano da segunda gestão de Aparecida Panisset na cidade, há um gasto de R\$417 milhões com pessoal.

Em outubro de 2012, Neiltom Mulim vence a eleição municipal e governa entre 2013 e 2016. Nesse período os gastos com pessoal apresentaram crescimento considerável de 16,8%, atingindo pouco mais de R\$563 milhões, principalmente pela ampliação dos números com pessoal ativo, inativo e pensionista.

Desde 2012, o exercício de 2016 foi o único que apresentou queda com os gastos com pessoal, 4,6% comparado aos números de 2015. Os gastos com inativos e pensionistas aumentam, mas há retração de 5,2% com as despesas com pessoal ativo da prefeitura, possivelmente por exonerações de funcionários comissionados e para tentar conter a

diminuição da Receita Corrente Líquida no ano, consequente da crise fiscal que o Brasil enfrenta.

Após uma má administração, os eleitores gonçalenses trocam de prefeito novamente na eleição de 2016. Em 2017 assume José Luiz Nanci, que fica a frente do executivo da cidade até final de 2019.

Nos dois anos de gestão de Nanci analisados, a variação instável com gastos de pessoal continua. No ano de 2017, as despesas com pessoal somam aproximadamente R\$578 milhões, Um aumento tímido de 2,7% que transmite uma possível preocupação do executivo com os seus gastos com pessoal.

Em 2018, último ano em pesquisa, os gastos com funcionários ativos caem 4,5%, influenciado com a retração dos gastos com vencimentos e vantagens. É o principal número que explica a segunda queda consecutiva com os gastos de pessoal da prefeitura de São Gonçalo.

As tabelas 4 e 5 detalham as modificações descritas acima.

Tabela 4 – Gastos com pessoal São Gonçalo 2012 a 2016

R\$ 1,00					
DESPESA COM PESSOAL	2012	2013	2014	2015	2016
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	461.928.468,52	529.009.729,28	593.407.524,03	668.141.006,94	649.255.999,11
Pessoal Ativo	412.942.079,88	476.400.872,06	525.165.659,14	587.675.003,36	557.838.280,36
Pessoal Inativo e Pensionista	48.986.388,53	52.608.857,12	68.241.864,89	80.466.003,58	91.417.718,76
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	49.210.045,53	52.815.206,88	68.610.728,27	80.978.691,12	91.725.275,29
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	48.986.388,53	52.608.857,12	68.241.864,89	80.466.003,58	91.417.718,76
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	223.656,89	206.349,65	368.863,48	512.687,54	307.556,54
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - DTP (III)=(I - II)	412.718.422,99	476.194.522,40	524.796.795,66	587.162.315,82	557.530.723,82
Inscritos em restos a pagar não processados (b)	4.857.984,07	6.604.497,46	7.120.533,65	5.655.850,73	5.940.990,63
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (IV) = (III + B)	417.576.407,06	482.799.019,86	531.917.329,31	592.818.166,55	563.471.714,45

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2019

Tabela 5 – Gastos com pessoal São Gonçalo 2017 e 2018 (Continua)

R\$ 1,00		
DESPESA COM PESSOAL	2017	2018
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	723.705.317,49	649.774.089,79
Pessoal Ativo	612.040.838,08	542.183.508,76
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	553.736.790,52	484.089.549,08

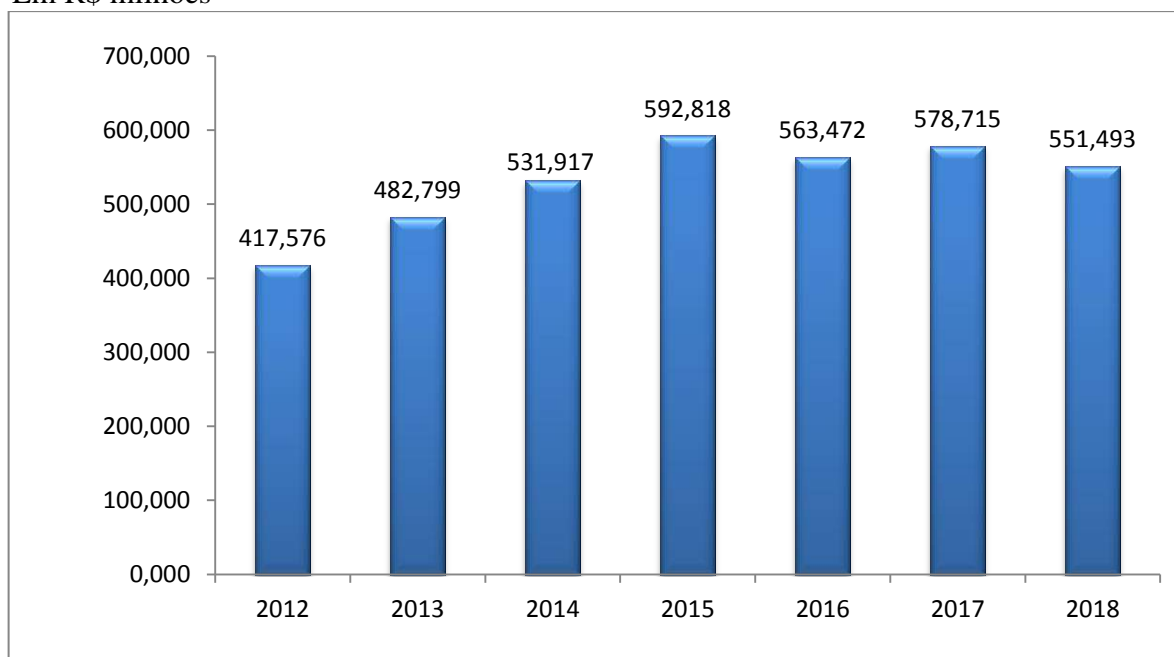
Obrigações Patronais	58.246.646,53	58.047.006,36
Benefícios Previdenciários	57.401,03	46.953,32
Pessoal Inativo e Pensionista	111.664.479,40	107.590.581,03
Aposentadorias, Reservas e Reformas	94.344.696,74	90.786.250,70
Pensões	17.319.782,66	16.804.330,33
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terc. (art.18, §1º LRF)	0,00	0,00
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	145.409.544,48	107.567.037,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	352.250,37	193.986,70
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	42.981.196,18	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	102.076.097,94	107.373.050,30
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - DTP (III)=(I - II)	578.295.773,00	542.207.052,79
Inscritos em restos a pagar não processados (b)	419.070,77	9.285.537,36
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (IV) = (III + B)	578.714.843,77	551.492.590,15

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2019

É possível conferir as oscilações com a despesa com pessoal do município no período em análise através do gráfico 3.

Gráfico 3 – Despesa com pessoal São Gonçalo

Em R\$ milhões



Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2019

5.4 GASTOS COM PESSOAL – ESTADO RIO DE JANEIRO

Entre 2012 e 2018, o Estado do Rio de Janeiro passou por duas gestões do ex-governador Luiz Fernando Pezão, sucessor de Sérgio Cabral. Em 2019 ambos estão presos por corrupção, prática que aprofundou a crise fiscal em que o Estado enfrenta até os dias em que este trabalho foi redigido.

No período, os gastos com pessoal inflaram em 68,2%, passando de aproximadamente R\$13 bilhões em 2012 para pouco mais de R\$21 bilhões em 2018, apesar de uma sensível queda neste último ano.

Em comparação com a Receita Corrente Líquida, que apresentou crescimento de 33,2% nos anos em questão, é imperativo o fato de que as despesas com funcionários tiveram praticamente o dobro de variação positiva. Consequentemente, os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal foram não foram cumpridos, situação que será exposta mais a frente.

Entre 2012 e 2015, as despesas variaram de forma contínua, crescendo em torno de R\$ 2 bilhões/ano. Porém, em 2016 é observado um salto de 66,9% nos números com pessoal em comparação a 2015, impulsionado pela queda nas despesas não computadas no cálculo das despesas totais, que são as estabelecidas no art. 19, § 1º da LRF. Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária, Decorrentes de Decisão Judicial, Despesas de Exercícios Anteriores e Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados somaram diminuição de 68,5% em comparação ao ano anterior.

A tendência de crescimento nas despesas com pessoal continua em 2017, variando apenas 0,9% comparado a 2016. Foi o menor crescimento até então, mesmo com gastos com pessoal ativo, inativo, pensionista, contribuições patronais e outras despesas com pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF) crescendo continuamente.

Em 2018 o total de despesa que serve de base para os limites estabelecidos na LRF é o menor desde 2015, apresentando soma de aproximadamente R\$21 bilhões. As despesas não computadas no cálculo são as maiores no período de tempo analisado, R\$ 18,5 bilhões.

É necessário enfatizar que as despesas brutas com pessoal, que incluem funcionários ativos, aposentados e pensionistas, contribuições patronais e as despesas com terceirizados só apresentaram uma leve queda em 2018, sugerindo que não foram tomadas decisões para conter as crescentes despesas com funcionários durante esses anos.

Abaixo, são apresentadas as tabelas 6,7 e 8, que detalham o cálculo da despesa total com pessoal do Estado do Rio de Janeiro. Os relatórios obtidos no *site* da Secretaria de

Fazenda do Governo sofreram alterações estruturais por três vezes, o que explica as três tabelas apresentadas separadamente. A tabela 6 apresenta os números dos anos de 2012 a 2016, a tabela 7 os dados de 2017 e a tabela 8 detalha a despesa com pessoal do ano de 2018.

As novas estruturas fornecem mais detalhes sobre as despesas brutas com pessoal, separando, por exemplo, o somatório dos gastos com inativos e pensionistas.

Tabela 6 – Gastos com pessoal Estado Rio de Janeiro 2012 a 2016 (Continua)

R\$ 1,00					
DESPESA COM PESSOAL	2012	2013	2014	2015	2016
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	24.351.085.904,90	30.347.954.598,70	31.398.821.817	32.630.901.403,09	35.197.905.644,85
Pessoal Ativo	10.774.436.667,92	15.248.226.737,15	14.745.062.358,83	15.535.341.995,62	16.669.384.229,42
Pessoal Inativo e Pensionista	11.130.584.735,21	12.718.366.619,53	14.201.202.577,99	14.338.652.891,43	15.200.958.877,72
Contribuições patronais	1.570.849.869,37	1.774.389.652,77	2.025.278.105,95	2.420.736.446,28	2.541.014.366,38
Outras despesas com pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	875.214.631,32	606.971.589,25	427.278.772,94	336.170.069,76	786.548.171,33
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	11.425.828.798,07	15.365.321.620	14.906.297.761,76	14.151.302.560,61	4.448.444.247,93
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.320.581,60	3.546.616,03	4.221.178,44	4.282.271,62	4.110.636,64
Decorrentes de Decisão Judicial	364.068.993,92	2.652.831.238,20	692.809.334,83	381.634.451,72	61.772.069,69
Despesas de Exercícios Anteriores	12.251.207,33	55.145.731,31	48.417.737,26	51.777.986,74	112.436.042,11
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.043.188.015,23	12.653.798.034,35	14.160.849.510,15	13.713.607.850,54	4.270.125.500,56
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	12.925.257.105,76	14.982.632.979	16.492.524.055,02	18.479.598.842,48	30.749.461.396,92
Inscritos em restos a pagar não processados (b)	11.225.626,66	4.327.653,76	36.078.831,14	592.432,13	94.201,52
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + b)	12.936.482.732	14.986.960.633	16.528.602.886	18.480.191.274	30.749.555.598

Fonte: Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, 2019

Tabela 7 – Gastos com pessoal Estado Rio de Janeiro 2017 (Continua)

R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	2017
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	40.893.810.648,28
Pessoal Ativo	17.672.849.797,05
Pessoal Inativo e Pensionista	19.380.115.772,73
Contribuições patronais	2.648.504.834,34
Outras despesas com pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	1.192.340.243,08
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	9.924.516.957,88

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	7.165.919,14
Decorrentes de Decisão Judicial	56.535.259,15
Despesas de Exercícios Anteriores	2.545.084.003,07
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.315.731.776,53
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	30.969.293.690,40
Inscritos em restos a pagar não processados (b)	2.836.436,86
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + b)	30.972.130.126

Fonte: Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, 2019

Tabela 8 – Gastos com pessoal Estado Rio de Janeiro 2018

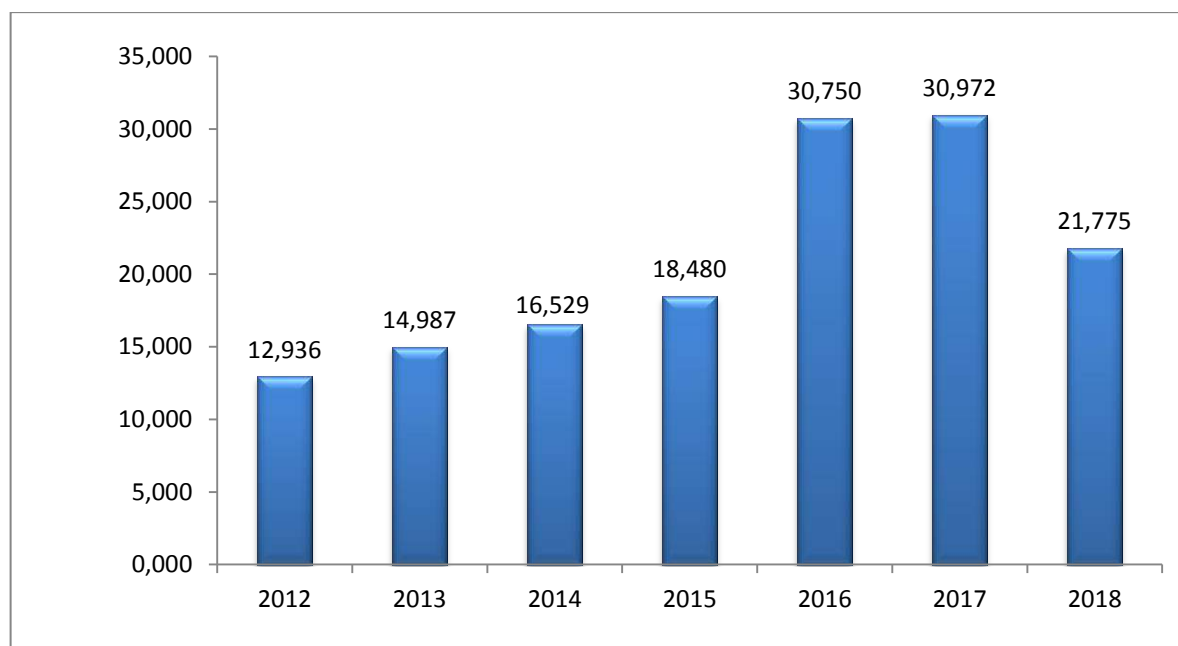
R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	2018
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	40.229.296.745,00
Pessoal Ativo	19.998.356.928,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	17.075.278.491,00
Obrigações Patronais	2.922.384.994,00
Benefícios Previdenciários	693.443,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	19.072.950.921,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	14.663.646.918,00
Pensões	4.409.304.003,00
Outros Benefícios Previdenciários	0
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	1.157.988.895
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	18.455.033.440
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	8.298.993
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.539.563.795
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.036.901.885
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	15.870.268.766
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	21.774.263.305
Inscritos em restos a pagar não processados (b)	489.552
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + b)	21.774.752.857

Fonte: Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, 2019

No gráfico 4 fica claro o crescimento contínuo dos gastos com pessoal do Estado entre 2012 e 2015. Em 2016 há um salto significativo em contraste com o que se verifica em 2018, quando há uma queda brusca desses números.

Gráfico 4 – Despesa com pessoal Rio de Janeiro

Em R\$ bilhão



Fonte: Secretaria de fazenda do Estado do Rio de Janeiro, 2019

5.5 GASTOS COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

5.5.1 LIMITE DE ALERTA, LIMITE PRUDENCIAL E LIMITE MÁXIMO

O gráfico 5 tem o objetivo de demonstrar o limite de alerta estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal para os Estados e Municípios e comparar com os números obtidos nos relatórios de gestão fiscal dos dois Entes Federativos.

Verifica-se que o Estado do Rio de Janeiro respeitou o referido limite, que é de 44,22%, entre os anos de 2012 a 2015, ano em que os gastos com pessoal representaram 33,48% da Receita Corrente Líquida.

Em 2016 a RCL do Estado sofreu uma queda e em compensação os gastos totais com pessoal dispararam. Dessa forma, o limite de alerta não foi respeitado, assim como o limite prudencial e máximo do executivo fluminense.

No ano de 2017 o Rio de Janeiro apresenta uma pequena melhora na sua Receita Corrente Líquida enquanto os gastos com pessoal são controlados, mas não sofrem redução. Com esse panorama, o limite de alerta não volta a ser respeitado.

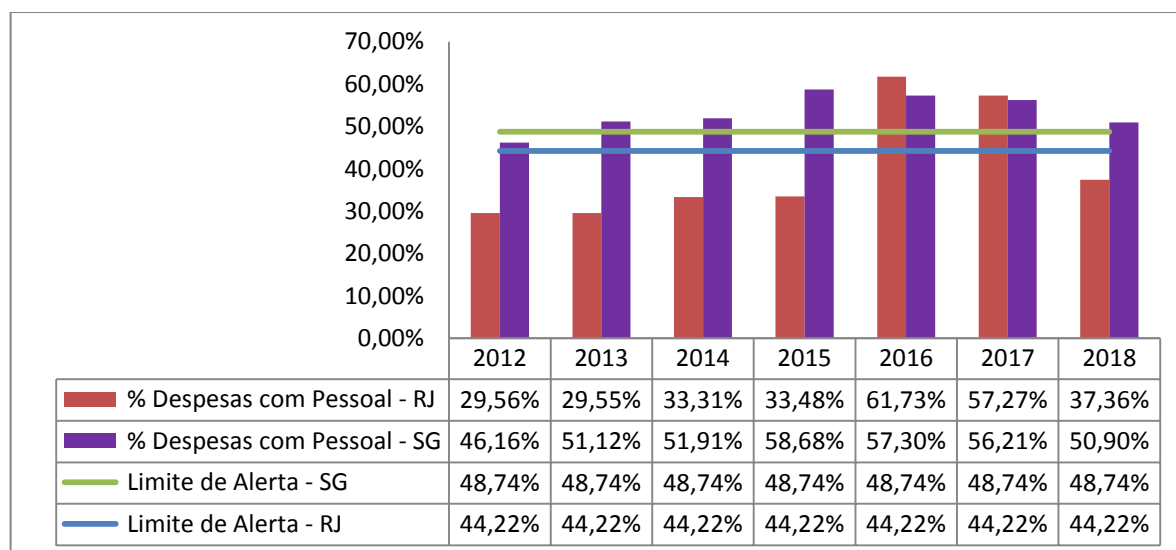
Em 2018 os gastos totais caem, segundo o relatório do 3º quadrimestre do ano disponibilizado pela Secretaria de Fazenda, assim como há crescimento na RCL. Dessa forma, o Estado volta a respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere a seu limite de alerta.

A situação do Município de São Gonçalo é mais dramática. Os gastos com pessoal atingem a meta estabelecida pela LRF apenas em 2012, quando constam 46,16% desses gastos em relação a sua Receita Corrente Líquida. O limite de alerta é de 48,74%.

Em 2013, 2014 e 2015, os gastos com pessoal atingem 51,12%, 51,91% e 58,68%, respectivamente, não cumprindo os objetivos impostos pela Lei de Responsabilidade.

Nos anos de 2017 e 2018 a Prefeitura também não consegue conter os gastos, e a despesa com pessoal, mesmo apresentando queda, 56,21% e 50,90% nos dois anos, fica acima do limite de alerta municipal.

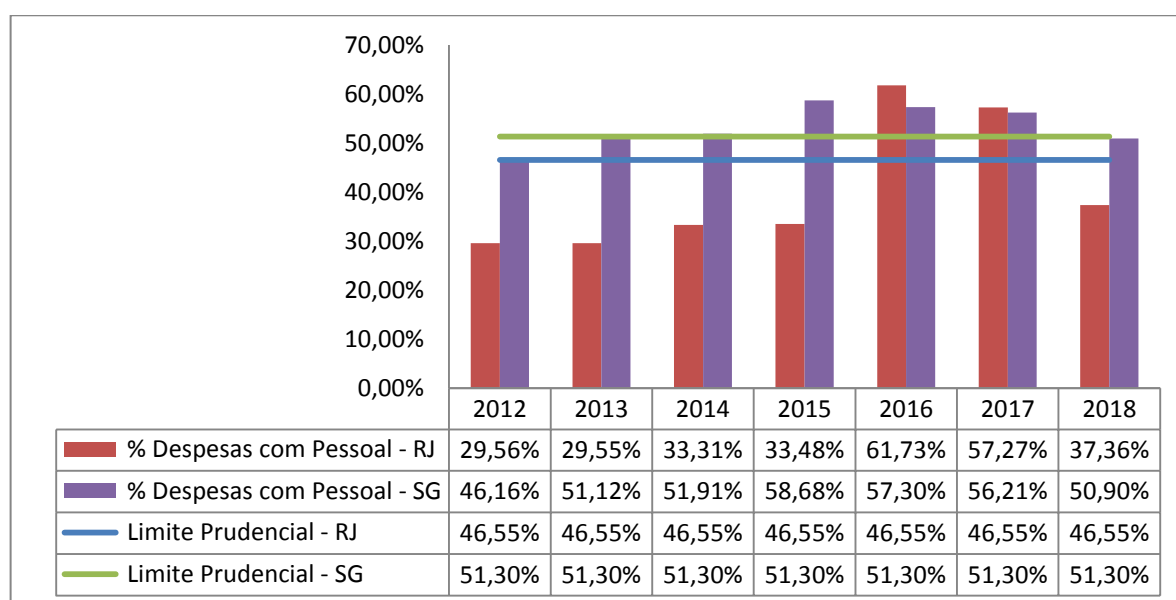
Gráfico 5 – Comparação dos limites de alerta com gastos de pessoal



Fonte: Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro e Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2019

O limite prudencial – 46,30% nos Estados e 51,30% nos Municípios – é respeitado em cinco dos sete anos analisados pelo Governo do Estado, enquanto a Prefeitura Gonçalense apresenta índices acima do permitido em quatro anos do período, obedecendo a lei apenas nos anos de 2012, 2013 e 2018. Nos casos de descumprimento no limite de prudencial, a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 22 enumera os mecanismos em que devem ser adotados para conter os gastos, como por exemplo, a proibição de criação de cargos, alteração na estrutura das carreiras e a concessão de aumentos e vantagens aos funcionários. Tanto o executivo estadual quanto o municipal ficaram vulneráveis a tais medidas. É possível verificar os índices prudenciais no gráfico 6.

Gráfico 6 – Comparação dos limites prudenciais com gastos de pessoal



Fonte: Fonte: Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro e Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2019

Os executivos estaduais podem gastar 49% da sua Receita Corrente Líquida com pessoal e as prefeituras 54%. É o limite máximo que a LRF estabelece. Nesse sentido, o Governo do Rio esteve dentro do limite entre 2012 e 2015. Com a crise financeira, o Estado atingiu seu ápice com essa despesa em 2016, ano em que 61,76% da RCL foi gasta com pessoal. Em 2017 o limite máximo também não foi seguido, apresentando 57,27% da RCL.

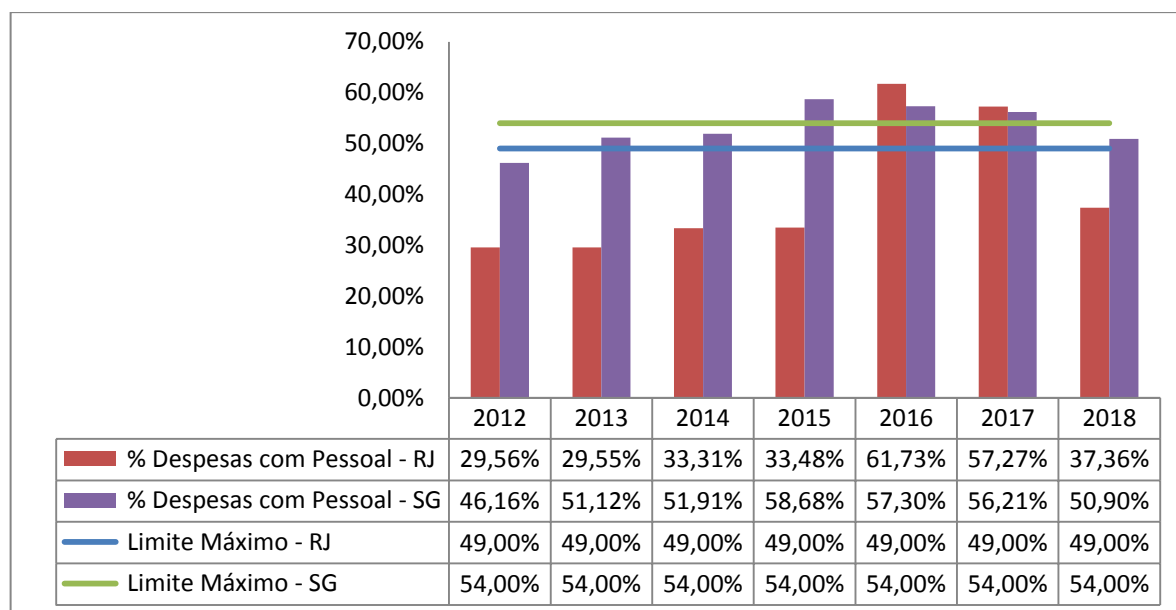
Após dois anos, o executivo fluminense voltou a ficar dentro do estabelecido, gastando 37,36% da sua RCL com pessoal. Uma queda visível e que dá folga financeira para o atual Governador, Wilson Witzel, eleito para o quadriênio 2018-2022.

Em comparação com o Estado, o Município de São Gonçalo revela um desafio maior para cumprir com os limites. Durante os sete anos em questão, em três deles os gastos com pessoal ultrapassaram o que a LRF permite. Em seu patamar mais alto, atingiu 58,68% sobre a Receita Corrente Líquida em 2015.

No triênio 2016 – 2018 as porcentagens gastas com pessoal gonçalense apresentam queda constante, o que sugere que a gestão do prefeito José Luiz Nanci adotou medidas para a redução desses números, porém, os índices ainda ficaram acima do permitido nos anos de 2016 e 2017. Apenas em 2018 o executivo da cidade consegue cumprir a LRF e os gastos com pessoal ficam abaixo dos 54% após três anos, apresentando 50,90%.

Confirma-se o exposto sobre os limites máximos através do gráfico 7.

Gráfico 7 – Comparação dos limites máximos com gastos de pessoal



Fonte: Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro e Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2019

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após pesquisa e análise nos relatórios fiscais extraídos dos *sites* da Prefeitura de São Gonçalo, da Secretaria de Fazenda do Governo do Estado e do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, considera-se que o objetivo do presente trabalho, que consiste em analisar os gastos com pessoal do poder executivo do Governo do Estado e do Município de São Gonçalo no período escolhido de 2012 a 2018 à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi alcançado.

Mesmo estando dentro dos limites que da LRF, as porcentagens gastas foram crescendo continuamente nos anos compreendidos de 2012 a 2014. Em 2015, a prefeitura de São Gonçalo fica acima do limite máximo, enquanto o executivo do Rio respeitava até o limite de alerta.

Estado e Município apresentaram queda na Receita Corrente Líquida em 2016, ano em que apresentaram percentual gasto com pessoal acima do limite máximo. Aliás, verifica-se que 2016 e 2017 foram os exercícios mais críticos para ambos, não respeitando, nenhum deles, a Lei de Responsabilidade Fiscal, verificando o maior índice para o Estado durante os sete anos analisados, 61,76%. Durante os dois anos os dois Entes ficaram propensos às medidas elencadas na LRF.

No último ano verificado, 2018, os gastos com pessoal voltam para índices abaixo de todos os limite existentes, indicando que as gestões efetivaram medidas de contenção das despesas. Entretanto, não há nos relatórios fornecidos pelos órgãos competentes a informação sobre quais mecanismos foram tomados para a redução desses índices.

As dificuldades apresentadas justificam-se pela queda na arrecadação principalmente no que se refere aos anos de 2016 e 2017. Consequência da crise fiscal em que o país se encontra atualmente.

Destaca-se, por fim, que mesmo com a crise em que o País atravessa, Estado e Município cumprem atualmente o limite máximo, prudencial e de alerta impostos pela legislação, com maior dificuldade para a Prefeitura, que com 50,9% dos gastos em 2018, precisa de atenção para não atingir novamente o limite de alerta.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

Acesso em 01 mai. 2019.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dão Outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em 01 mai. 2019.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art.5º, no inciso II do § 3º do art.37 e no § 2º do art.216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005 e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em 01 mai. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade. NBCT 16.1**. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf>. Acesso em 01 mai. 2019.

DE CASTRO, Domingos Poubel. **Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público**. 4º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FGV, FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Instituto Brasileiro de Economia**. Disponível em: <<https://portalibre.fgv.br/estudos-e-pesquisas/indices-de-precos/igp/>>. Acesso em 03 mai. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em 01 mai. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>>. Acesso em 03 mai. 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/panorama>>. Acesso em 03 mai. 2019.

PALUDO, Augustinho. **Administração Pública**. 8º Ed. São Paulo: Editora Método, 2013.

PREFEITURA DE SÃO GONÇALO. **Contas Públicas**. Disponível em: <http://www.saogoncalo.rj.gov.br/contas_publicas.php>. Acesso em 08 mai. 2019.

SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatórios Fiscais**. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/contabilidade/faces/oracle/webcenter/portalapp/pages/navigation-renderer.jsp?_adf.ctrl-state=e6k17j49h_9>. Acesso em 08 mai. 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br/relatorios-lrf>>. Acesso em 08 mai. 2019.